

Concurso Público  
Quadro do Magistério

**001. PROVA OBJETIVA**

**SUPERVISOR DE ENSINO**

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 2 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.**

Nome do candidato \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_ Inscrição \_\_\_\_\_ Prédio \_\_\_\_\_ Sala \_\_\_\_\_ Carteira \_\_\_\_\_



## FORMAÇÃO ESPECÍFICA

01. O Decreto nº 57.141/2011, que reorganiza a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e dá providências correlatas, estabelece, em seu artigo 72, as atribuições das Equipes de Supervisão de Ensino, por meio dos Supervisores de Ensino que as integram. Essas atribuições

- (A) obrigam supervisionar, por meio de visitas, escolas públicas e particulares, assessorando seus professores com vistas à qualidade de ensino.
- (B) dizem respeito às diretrizes legais e curriculares, envolvendo orientação para seu cumprimento, avaliação e correções necessárias, em todas as escolas, e, nas públicas, assessoria a suas equipes, em todos os aspectos.
- (C) abrangem escolas públicas e particulares e dizem respeito a aspectos pedagógicos nas primeiras e legais nas últimas.
- (D) focalizam a orientação, a assessoria, o acompanhamento e a correção, se necessária, em relação às diretrizes legais, administrativas e pedagógicas, igualmente, nas escolas públicas, particulares, comunitárias e confessionais.
- (E) referem-se a aspectos pedagógicos, administrativos e legais, apenas das escolas públicas.

02. Em Alves (2011), Silva Jr. escreve sobre “Prática e Supervisão”, analisando dados de pesquisa na qual foram entrevistados supervisores de ensino recém-concursados sobre suas novas atribuições. O autor analisa e interpreta os depoimentos, apontando os desafios que esses profissionais enfrentam numa estrutura organizacional cujos “modelos” são sustentados por uma “concepção restritiva de ciência”, a qual é por eles difundida e que acaba por corroborar a visão da necessidade de separação entre

- (A) supervisores exclusivos para as escolas públicas e para as particulares.
- (B) alunos fortes para professores experientes e, fracos, para os novatos.
- (C) o administrativo e o pedagógico.
- (D) supervisores diferentes para o administrativo e para o pedagógico.
- (E) o pensar e o fazer.

03. Marcia Nico Evangelista e Wendel Freire, em Rangel e Freire (2010), oferecem rica reflexão a respeito da possibilidade de os supervisores pedagógicos participarem efetivamente das transformações da escola necessárias à incubação de “caminhos para o alcance de uma sociedade livre e humanizada”. Escrevem elas: “Sabemos que as ações instituintes estão misturadas ao instituído, apresentando a contradição e a ambiguidade, aspectos tão próprios de ser humano que, também, estão presentes em suas instituições.” Com um horizonte ético e político semelhante, Helenice Muramoto (1994) põe foco no trabalho do supervisor de ensino em nível de sistema, contextualizado no Estado de São Paulo, e apresenta reflexões e propostas com vistas a um caminhar transformador. De acordo com o pensamento dessas autoras, na área da educação, os supervisores

- (A) podem instituir gestão dialogal nas escolas que supervisionam porque sua posição na burocracia lhes confere competência para isso.
- (B) vivem um conflito: têm capacidade para comandar as transformações, mas ocupam posição subordinada na hierarquia burocrática.
- (C) ocupam posição estratégica, seja na escola ou no sistema, sendo, por isso mesmo, os responsáveis pela qualidade do ensino e das aprendizagens.
- (D) acumulam experiência de docência e de gestão escolar, podendo direcionar o trabalho dos professores com autoridade.
- (E) têm papel determinante na articulação de espaços para encontro entre pares, discussão e reflexão.

Considere o texto a seguir para responder às questões de números 04 a 07.

Como analisam Libâneo, Oliveira e Toschi (2012), nas sociedades urbano-industriais contemporâneas, a globalização do capitalismo industrial e das comunicações moldou um contexto socioeconômico e político-cultural, umbilicalmente ligado ao conhecimento sistematizado, o qual passou a exigir a educação escolar e sua crescente ampliação para promover o acesso a esse conhecimento, pois ele constitui condição de inserção social, tornando-se, por isso mesmo, um direito de todos, nos países que pertencem a esse contexto. Pela mesma razão, o Brasil, assim como outros países em desenvolvimento e também marcados pela desigualdade social, é signatário de acordos internacionais no sentido de garantir educação para todos, sem exceção alguma, como um dos direitos fundamentais, importante para dar acesso aos demais direitos da cidadania.

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 205, estabelece a educação escolar como um direito de todos e, no art. 208, estabelece sua garantia em todos os níveis, etapas e modalidades, como dever do Estado. No Parágrafo 1º do art. 208, afirma que “o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo”.

- 04.** Segundo Cortella (2016), é preciso reafirmar uma questão básica: “se o Conhecimento é relativo à história e à sociedade, ele não é neutro”. A Escola, afirma o autor, “está grávida de história e sociedade, e, sendo esse processo marcado pelas relações de poder, o Conhecimento é também político, isto é, articula-se com as relações de poder. Sua transmissão, produção e reprodução no espaço educativo escolar decorre de uma posição ideológica (consciente ou não), de uma direção deliberada e de um conjunto de técnicas que lhes são adequadas”. Dessa forma, de acordo com o autor, “é preciso que recolocemos o problema de seu *sentido social* concreto”. Após reafirmar o que chama de óbvio, que “há um fortíssimo reflexo das condições de vida dos alunos no seu desempenho escolar”, Cortella argumenta que é necessária, de nossa parte, como educadores, “uma atenção aguda à nossa realidade na qual há vários modos *de ser criança*”, para que nos qualifiquemos para “um exercício *socialmente* competente da profissão docente”. E adverte que se tomarmos por referência uma *criança idealizada*, com base no modo minoritário de *ser criança*, e “se não nos qualificarmos para atuar junto aos vários modos de *ser criança* em nossa realidade social”, o resultado concreto de nosso trabalho educativo pode
- (A) sofrer críticas de gestores, colegas e pais, por não conseguirmos ensinar a todos.
  - (B) contribuir para o aprofundamento das diferenças e a manutenção da injustiça.
  - (C) frustrar-nos, pelas dificuldades de aprendizagem que as crianças têm, levando-nos a desistir da docência.
  - (D) valer-nos a pecha de incompetentes, porque nossos alunos não alcançam bons resultados nas avaliações padronizadas.
  - (E) ter um efeito padronizador na formação dos educandos, aplainando as diferenças nos modos de ser criança, tanto as negativas quanto as positivas.
- 05.** Com o objetivo de participar ativa e criticamente da elaboração do Plano de Trabalho da Diretoria de Ensino, com vistas a uma escola pública de qualidade, em tempos de reformas dos sistemas de ensino, o grupo de supervisores de uma das Diretorias Regionais de Ensino da capital apoiou suas análises em dados de acompanhamento das escolas e na obra de Libâneo, Oliveira e Toschi (2012), os quais argumentam que “as atuais políticas educacionais e organizativas devem ser compreendidas no quadro mais amplo das transformações econômicas, políticas, culturais e geográficas que caracterizam o mundo contemporâneo”. Esses autores apontam que, nas últimas décadas, os processos de recomposição do sistema capitalista mundial e de reestruturação global da economia empreenderam mudanças nos processos de produção associadas a avanços científicos e tecnológicos que afetam o desenvolvimento econômico e fazem com que, nesse contexto, a reforma dos sistemas de ensino passe a ser prioridade, começando pelos países industrializados e girando, na maioria dos casos, em torno de quatro pontos: o currículo nacional, a avaliação institucional,
- (A) a profissionalização dos professores e a gestão educacional.
  - (B) a troca da seriação anual pelos ciclos trienais e o ensino híbrido.
  - (C) a substituição de notas por conceitos e a ênfase nas habilidades.
  - (D) a adoção da tecnologia da informação e o aumento da carga horária anual.
  - (E) o ensino a distância para formar professores e a educação profissionalizante.

**06.** No art. 206 da Constituição Federal de 88, que estabelece os princípios em consonância com os quais a educação deve ser ministrada, consta o de garantia de padrão de qualidade, exigido tanto do ensino público quanto do ministrado pela iniciativa privada, como expresso no art. 209 da Constituição Federal de 88 e no art. 7º da Lei Federal nº 9.394/96 – LDBEN. Essa exigência de educação escolar de qualidade para todos, como direito, implica, nos termos do art. 211 da Constituição Federal de 88, que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizem em regime de colaboração seus sistemas de ensino, isto é, constituam seus Conselhos de Educação e suas equipes de supervisão de sistema. Em consonância com a Constituição Federal de 88, a LDBEN, em seu art. 10, estabelece seis incumbências dos Estados em relação à educação.

Assinale a alternativa que apresenta, dentre essas seis incumbências, aquela que se relaciona diretamente à exigência de supervisão de sistema.

- (A) Elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios.
- (B) Acompanhar, assessorar e avaliar a elaboração dos cardápios e a preparação da merenda escolar, bem como a instalação de cantinas nas escolas públicas, fazendo correição, sempre que necessária.
- (C) Autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos de seus sistemas de ensino.
- (D) Organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais de seus sistemas de ensino.
- (E) Fiscalizar a aplicação das verbas do FUNDEB e supervisionar o atendimento ao Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei Federal, nº 8.069/90.

**07.** Em atendimento ao art. 214 da Constituição Federal de 88, foram instituídos o Plano Nacional de Educação – PNE –, aprovado pela Lei Federal nº 13.005/2014, e o Plano Estadual de Educação – PEE, aprovado pela Lei nº 16.279/2016. Essa Lei Estadual, em seu art. 4º, estabelece as cinco instâncias encarregadas do “monitoramento da execução do PEE e do cumprimento de suas metas, por meio de avaliações periódicas”, sendo a primeira delas

- (A) a DRE – Diretoria Regional de Ensino, em todas as suas unidades.
- (B) o CEE/SP – Conselho Estadual de Educação.
- (C) a SEB-MEC – Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação.
- (D) a SEE/SP – Secretaria Estadual da Educação.
- (E) o INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas.

**08.** Naura S. C. Ferreira (2004) aponta para a necessidade de humanizar a formação e as condições de existência dos profissionais da educação e da gestão da educação resignificando-as com outra base ética que permita fazer frente aos desafios violentos da cultura globalizada. Segundo a autora, fraternidade, solidariedade, justiça social, respeito, bondade e emancipação humana, mais do que nunca, precisam ser assimilados e incorporados como consciência e compromisso da gestão democrática da educação – princípios que necessitam nortear as decisões a serem tomadas no sentido da

- (A) socialização e da formação intelectual de todos os que passam pela escola.
- (B) formação de um novo cidadão do mundo, pessoalmente digno e profissionalmente competente.
- (C) compreensão adequada da realidade e de melhor intercâmbio comercial entre os povos.
- (D) moldagem de seres humanos intelectualmente fortes, emocionalmente ajustados e tecnicamente capazes.
- (E) humanização e da formação de todas as pessoas que vivem nesse planeta.

09. Devido ao fato de os direitos humanos terem sido profundamente violados no decorrer da Segunda Guerra Mundial, em 1945 foi criada a Organização das Nações Unidas – ONU com o objetivo de facilitar a cooperação entre as nações com vistas a assegurar a todos os habitantes do planeta o desenvolvimento econômico, o progresso social, os direitos humanos e a paz mundial. Com o passar do tempo, os Direitos das Pessoas com Deficiência foi um dos temas a ganhar espaço na ONU. No Brasil, o documento *Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva* (MEC/SECADI, 2008) reporta que, em 2006, por meio da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, dos Ministérios da Educação e da Justiça, juntamente com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, foi lançado o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, com o objetivo de contemplar, no currículo da educação básica, temáticas relativas às pessoas com deficiência e desenvolver ações afirmativas que (lhes) possibilitem
- (A) crescimento pessoal, acadêmico, social e profissional do aluno.
  - (B) acesso e permanência na educação superior.
  - (C) continuidade de estudos em cursos técnicos profissionalizantes.
  - (D) condições para ingresso e permanência no mercado de trabalho.
  - (E) estratégias de ensino voltadas ao desenvolvimento de competências.
10. A importância dos colegiados e das instituições auxiliares da escola é indiscutível quando se trata da gestão democrática, pois eles asseguram, na forma da lei, a prática da participação na escola, na busca pela descentralização do poder e da consciência social em torno da oferta de uma educação de qualidade. São instâncias colegiadas na escola: o Conselho Escolar, a Associação de Pais e Mestres (APM) e o Grêmio Estudantil. Segundo o documento “Conselhos escolares: democratização da escola e construção da cidadania” (Brasília: MEC/SEB, 2004. Caderno 1, parte II), os Conselhos Escolares são órgãos colegiados compostos por representantes das comunidades escolar e local, que têm como atribuição deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas, financeiras, no âmbito da escola. Cabe aos Conselhos, também,
- (A) analisar as ações a empreender e os meios a utilizar para o cumprimento das finalidades da escola.
  - (B) supervisionar as aulas dos docentes.
  - (C) homologar os planos de aulas dos professores.
  - (D) avaliar o corpo docente no desenvolvimento do processo pedagógico.
  - (E) autorizar seus membros a tomar decisões individuais sempre que o assunto for grave e for impossível reunir o coletivo.
11. A participação dos pais na vida estudantil dos filhos pode ir além da assistência familiar, ou seja, comparecendo a reuniões e a eventos escolares: ela pode se dar no nível da gestão democrática. Um modo de ocorrer essa segunda forma de participação é por meio da Associação de Pais e Mestres (APM), órgão que permite às famílias atuarem mais efetivamente no processo educacional das crianças, pois, em conformidade com o art. 2º do Decreto nº 12.983/1978, que estabelece o Estatuto Padrão das Associações de Pais e Mestres, AAPM, instituição auxiliar da escola, terá por finalidade colaborar no aprimoramento do processo educacional, na assistência ao escolar e na integração família-escola-comunidade. A participação da família na APM é de tal importância que, consoante o art. 26 do mesmo decreto, um dos cargos dos órgãos diretores somente poderá ser ocupado por pai de aluno. Trata-se do cargo de
- (A) Presidente do Conselho Deliberativo.
  - (B) Presidente da Assembleia Geral.
  - (C) Diretor Financeiro.
  - (D) Diretor Cultural, Esportivo e Social.
  - (E) Presidente do Conselho Fiscal.
12. Diva, estudando para o concurso de Supervisor de Ensino (SEESP), deparou-se com o tema “Estratégias para caracterizar o perfil socioeconômico e cultural em diferentes âmbitos”. Ao estudá-lo, constatou em Marçal e Sousa (2009) que, entre outras demandas enfrentadas pela escola, está a de elaborar seu projeto pedagógico. Entretanto, para que esse projeto se viabilize, é preciso traçar um diagnóstico da realidade escolar. Nesse ponto, Marçal e Sousa indagam: de que “estratégias podemos lançar mão, no dia a dia da escola, para realizar esse diagnóstico?”. Em resposta, os autores apresentam uma série de sugestões, entre elas: a aplicação de formulários, questionários e entrevistas individuais ou em pequenos grupos; interpretação de estatísticas oficiais, como, por exemplo, aquelas resultantes dos dados coletados pelo Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica) no Brasil; e, ainda, análise de registros arquivados na escola que retratem a evolução dos seus números de matrícula, os índices de aprovação, reprovação e/ou evasão dos alunos e situação socioeconômica das famílias. A seguir, Marçal e Sousa advertem que, independentemente das estratégias escolhidas, “a fim de termos ações compartilhadas na construção do projeto pedagógico”, essas estratégias “precisam ser
- (A) propostas apenas pelo Conselho de Escola”.
  - (B) seguidas à risca, tal qual explicitadas em teoria”.
  - (C) dialogadas e adaptadas à realidade de cada escola”.
  - (D) aprovadas primeiramente pelo Diretor Regional de Ensino”.
  - (E) testadas primeiramente numa amostragem”.

13. Lenita, preparando-se para o concurso de Supervisor de Ensino promovido pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, leu o documento “Curso de introdução à justiça restaurativa para educadores: manual prático” (São Paulo: MPSP, 2012). Neste manual, encontrou sugestões para a melhoria do ambiente/clima escolar, feitas por professores em cursos anteriores, realizados pelo Ministério Público. Dentre essas sugestões, as que mais chamaram a atenção de Lenita foram as de ações possíveis, tais como: “responsabilidade com a diversidade, ambiente coletivo, acordar conjuntamente as regras (assembleias coletivas); códigos de conduta e contratos coletivos”. Lenita concordou com a afirmação que consta no texto de que essas ações são importantes porque “é preciso formar um clima de companheirismo entre alunos e equipe escolar, mantendo os valores da credibilidade, amizade e confiança, visando formar
- (A) cidadãos pacíficos.”
  - (B) adultos profissionalmente bem-sucedidos.”
  - (C) pessoas de bem.”
  - (D) um grande espírito de equipe.”
  - (E) uma juventude autossuficiente e feliz.”
14. No início do ano letivo, os Diretores das escolas de uma Diretoria Regional de Ensino, situada no interior paulista, reuniram-se, com orientação e acompanhamento do supervisor Joel, para planejarem os trabalhos a serem desenvolvidos ao longo do ano escolar. Começaram discutindo a questão da identidade, cultura e clima escolar e práticas cotidianas da escola. Logo no início da discussão, a temática da identidade sobrepôs-se às demais, por constituir, contemporaneamente, relevante objeto de estudo para as teorizações sobre educação e apresentar acentuada importância política. Luiza, uma das Diretoras, lembrou-se, então, de que no documento “Curso de introdução à justiça restaurativa para educadores: manual prático” (São Paulo: MPSP, 2012), consta a seguinte sugestão para melhoria do ambiente escolar: a “Escola necessita de uma identidade e de uma boa identificação. Para tanto, precisa contar com mais espaços de fala e escuta e com
- (A) possibilidade de reflexão sobre as prováveis oportunidades profissionais que os alunos terão.”
  - (B) debates sobre seu futuro.”
  - (C) encontros esportivos e culturais.”
  - (D) espaços de confraternização entre pais, docentes, funcionários e alunos.”
  - (E) possibilidade de exposição dos sentimentos e das necessidades de cada um.”
15. A supervisora Vânia participou da comissão que organizou um seminário intitulado “Representações sociais sobre diversidade, gênero e etnia”, dirigido aos Diretores das escolas da Diretoria Regional de Ensino na qual trabalha. A ideia que deu suporte ao seminário foi a de que na representação pautada pela ideologia reprodutora de um imaginário social conservador e pelo cotidiano pragmático e alienado não raramente se fazem presentes ideias preconceituosas. Como suporte para a organização do evento, foi escolhido o texto das autoras Luiz e Nascente (EDUFSCAR, 2013). Segundo essas autoras “Ao identificarmos o cenário de discriminações e preconceitos, vemos no espaço da escola as possibilidades de particular contribuição para a alteração desse processo. A escola abriga em seu interior todas as diferentes formas de diversidade, quer sejam de origem social, sexual, etnicorracial, cultural ou de gênero. É, portanto, um espaço privilegiado na construção dos caminhos para a eliminação de preconceitos e de práticas discriminatórias. A escola democrática deve educar para a valorização da diversidade e formar indivíduos capazes de
- (A) amar o próximo como a si mesmos”.
  - (B) exercer a cidadania com dignidade”.
  - (C) tolerar as diferenças”.
  - (D) desenvolver recursos efetivos para o combate ao preconceito”.
  - (E) dar o exemplo em uma sociedade que se mostra tão discriminatória”.
16. Luiz e Nascente (2013) comentam que a discussão sobre diversidade precisa abranger uma dimensão política, uma vez que ela diz respeito às relações sociais e, por isso, está diretamente ligada às relações de poder. Para esclarecer essa questão, Luiz e Nascente recorrem, em seu texto, à seguinte argumentação de Gomes (2013) segundo a qual “assumir a diversidade cultural significa muito mais do que um elogio às diferenças, representando não somente fazer uma reflexão mais densa sobre as particularidades dos grupos sociais, mas também implementar políticas públicas, alterar relações de poder, redefinir escolhas e
- (A) desenvolver a compaixão pelo sofrimento dos humilhados.”
  - (B) adotar práticas pedagógicas que sejam tolerantes para com as diferenças.”
  - (C) compreender os que nos são estranhos ou antipáticos.”
  - (D) questionar a nossa visão de democracia.”
  - (E) evitar de reduzir o ser humano à menor parte dele próprio.”

17. Para Carvalho (2009), este século está nos mostrando quão necessária é a participação de todos os cidadãos no desenvolvimento da sociedade. Quando se trata da educação, a comunidade deve integrar-se aos projetos da escola, buscando participar de seu cotidiano. A mobilização e participação da comunidade deve ser algo concreto, ajudando os gestores, os professores e os funcionários a desempenharem da melhor forma possível suas funções e, assim, proporcionando aos alunos uma educação de qualidade. Dirigindo-se diretamente aos gestores, Carvalho orienta-os: “Você e a sua comunidade escolar devem estabelecer a estratégia de mobilização social para sua escola e para sua comunidade externa com base nos recursos existentes. Alunos podem escrever cartas para várias autoridades que devem ser sensibilizadas para a causa; pode ser criado um jornalzinho da escola, caso não exista, que noticiará o evento; um mural pode complementar a ação do jornalzinho; a associação de bairro, o sindicato, igrejas, comércio, indústrias, além de várias outras instituições, podem ser convidadas a integrar o projeto da escola. Não é um molde que se aplique a todo mundo. É uma receita que
- (A) costuma dar bons resultados quando a escola é pequena”.
  - (B) deve ser aplicada experimentalmente”.
  - (C) todos devem adaptar”.
  - (D) pode ser seguida por poucas escolas”.
  - (E) se ajusta à maioria das escolas”.
18. Luciana é Supervisora de Ensino em uma das Diretorias Regionais de Ensino do Estado de São Paulo. Notou que, nos últimos tempos, tem crescido o número de conflitos entre alunos e professores nas escolas que pertencem ao seu setor de supervisão. Sabedora de que o Ministério Público do Estado de São Paulo estaria promovendo, na cidade em que mora, um Curso de Introdução à Justiça Restaurativa para Educadores (São Paulo: MPSP, 2012), prontamente inscreveu-se. No decorrer do curso, cientificou-se de que as práticas restaurativas nas escolas poderão ser usadas em dois níveis: primário e secundário. O nível primário busca melhorar o relacionamento escola-família-comunidade, fortalecer o diálogo entre todos, promover a melhoria do vínculo da comunidade escolar, a comunicação não violenta, as atividades pedagógicas restaurativas ou, em suma, construir um trabalho pró-ativo de comunidade escolar segura, democrática e respeitável, numa cultura de paz. Destina-se a reafirmar as relações. O nível secundário é usado para a restauração e reparação das relações através do diálogo, da comunicação não violenta e das reuniões restaurativas (mediações e círculos restaurativos). O foco do nível secundário está em
- (A) apagar, esquecer e sobrelevar mágoas.
  - (B) aplacar, perdoar e vencer consternações.
  - (C) recompor, restaurar e recuperar afinidades.
  - (D) abrandar, anistiar e ultrapassar desavenças.
  - (E) reconectar, consertar e reconstruir relações.
19. Segundo Luck (2013), “entende-se que os membros do órgão colegiado sejam apenas o ponto de partida para que todos os pais se envolvam com os trabalhos da escola, cabendo aos primeiros buscar os meios para promover esse envolvimento. Seu significado está centrado na maior participação dos pais na vida escolar, como condição fundamental para que a escola esteja integrada na comunidade, assim como a comunidade nela, que se constitui na base para
- (A) maior qualidade do ensino”.
  - (B) elevada eficácia nas avaliações externas”.
  - (C) clara compreensão da realidade local”.
  - (D) alta eficiência na aprendizagem”.
  - (E) máxima harmonia entre todos”.
20. Atuar como articulador na proposição, elaboração e implementação do planejamento estratégico da DE e da escola são algumas das capacidades técnicas requeridas aos Supervisores de Ensino da rede estadual de ensino (Resolução SE – nº 50/2018). Segundo Perfeito (2017), esse tipo de planejamento “é um processo que parte da realidade complexa e dinâmica da organização, envolvendo a tomada de decisão nas diversas etapas que o compõem”, as quais, de acordo com Lück, citada por Perfeito, podem ser assim descritas: “análise do ambiente interno e externo; diagnóstico; definição da missão, da visão de futuro e valores; objetivos estratégicos; plano operacional; questões estratégicas; metas; plano de ação e controle”. Pelo exposto, pode-se afirmar que o planejamento estratégico constitui-se em instrumento de gestão escolar, sendo capaz de orientar o gestor na realização de um trabalho sistematizado,
- (A) ampliando a visibilidade da escola na comunidade.
  - (B) direcionando a instituição a efetivar seus objetivos.
  - (C) facilitando o estrito cumprimento de suas determinações.
  - (D) economizando recursos financeiros.
  - (E) granjeando prestígio para o gestor.
21. De acordo com Chiavenato (2014), “a administração é o processo de planejar, organizar, dirigir e controlar o uso de recursos a fim de alcançar objetivos organizacionais.” Afirma o autor que a TGA - Teoria Geral da Administração estuda a administração das organizações e empresas do ponto de vista da interação e da interdependência entre as seis variáveis principais: tarefa, estrutura, pessoas, tecnologia, ambiente e competitividade. Para Chiavenato, o que constitui o desafio fundamental da administração é
- (A) o ambiente, quase sempre turbulento.
  - (B) o trato com a variável pessoas.
  - (C) a articulação entre tarefa e tecnologia.
  - (D) o critério de priorização das variáveis.
  - (E) a adequação e a integração entre as seis variáveis.

22. Murici e Chaves (2016) analisam que o baixo desempenho da educação brasileira, já crônico, é sistêmico e complexo, não podendo ser resolvido com ações pontuais, mesmo que simultâneas em muitos lugares. Apesar de as autoras afirmarem que o problema tem várias causas, elas apontam três fatores críticos, com influência determinante sobre o sucesso dos resultados: liderança, conhecimento técnico dos processos e método de gestão. Elas consideram que o sistema de gestão da educação tem como função melhorar e manter resultados educacionais e, “para atender essa função, a meta e o método devem ser aplicados. A meta é o ponto aonde se quer chegar, e o método é o caminho para viabilizá-la”. O método que Murici e Chaves utilizam e recomendam é o denominado gerenciamento com foco

- (A) na melhoria dos resultados.
- (B) no procedimento operacional.
- (C) nos conteúdos curriculares.
- (D) nos incentivos ao pessoal.
- (E) na contenção de gastos.

23. Pedro leu e relacionou o Decreto nº 6.094/2007 com a obra de Murici e Chaves (2016), na qual as autoras enfatizam que, para uma educação de qualidade, é necessário que “todos os elos do sistema estejam comprometidos em desempenhar a sua responsabilidade específica, sendo indispensável que as responsabilidades sejam claramente definidas e que desde o primeiro nível haja gerenciamento dos processos e resultados”. Nesse mesmo sentido, e de acordo com o citado Decreto, a vinculação de cada ente federativo ao compromisso far-se-á por meio de termo de adesão voluntária, sendo que o apoio da União dar-se-á, quando couber, mediante a elaboração de um Plano de Ações Articuladas – PAR, que será a base para termo de convênio ou de cooperação, firmado entre o Ministério da Educação e o ente apoiado. E, como estabelece o art. 11 desse decreto, o cumprimento das obrigações educacionais fixadas no PAR será

- (A) fiscalizado pelo Conselho de Escola por meio da coleta de comprovantes da realização das ações.
- (B) avaliado pela Câmara da Educação Básica do Conselho Estadual de Educação, por meio de constatação *in loco*.
- (C) monitorado com base em relatórios, ou quando necessário, por visitas da equipe técnica.
- (D) assessorado pelo Núcleo Pedagógico da Diretoria Regional de Ensino.
- (E) vistoriado diretamente pela comunidade escolar, lavrando-se atas semestrais desse acompanhamento.

24. De acordo com Murici e Chaves (2016), para que o sistema de educação cumpra amplamente sua função e resultados de qualidade sejam obtidos, cada um de seus elos deve cumprir suas atribuições por meio da execução de processos e atividades que agreguem valor, “sem perder de vista a conexão com o objetivo maior”.

Tendo presentes essas análises, considere as atribuições que se seguem, estabelecidas no art. 49 do Decreto Estadual nº 57.141/2011, que reorganiza a Secretaria da Educação e dá providências correlatas:

- I. Organizar e gerenciar sistemas de informação na área educacional, abrangendo estatísticas, avaliações e indicadores de gestão;
- II. propor, elaborar, divulgar e orientar a implementação de normas e procedimentos referentes aos sistemas informatizados da Secretaria;
- III. integrar e dar suporte aos sistemas informatizados e bancos de dados da Secretaria;
- IV. definir e administrar os recursos de informação, informática e comunicação digital da Secretaria;
- V. analisar resultados de avaliações e informações do sistema de ensino, realizar diagnósticos e elaborar recomendações para subsidiar a formulação das políticas, programas e projetos educacionais, em articulação com a Coordenadoria de Gestão da Educação Básica;
- VI. promover a disseminação das informações técnicas, de ordem legal e outras referentes à educação básica;
- VII. articular-se com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais, em sua área de atuação.

No sistema educacional paulista, elo do sistema nacional, essas são atribuições:

- (A) da Coordenadoria de Orçamento e Finanças.
- (B) dos Núcleos de Apoio Administrativo.
- (C) da Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Escolares.
- (D) da Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional.
- (E) da Unidade de Atendimento aos Órgãos de Controle Externo.

- 25.** O tema das Tecnologias Digitais de Comunicação e Informação (TDCI) aplicadas ao contexto educacional foi objeto de estudo de Santaella (2010), que apresenta as grandes questões que surgem sobre o papel da educação formal no contexto das tecnologias móveis, pois hoje as pessoas em qualquer lugar têm acesso a informação e ao conhecimento. Para a autora, essa aprendizagem ubíqua
- (A) faz avançar as aprendizagens porque as tecnologias móveis motivam os estudantes.
  - (B) vem substituir, definitivamente, as formas tradicionais de aprendizagem.
  - (C) vem complementar as outras formas de aprendizagem, o que torna o processo educativo muito mais rico.
  - (D) é incompatível com as atividades acadêmicas, próprias da escola.
  - (E) dispersa o estudante e atrapalha seu rendimento escolar.
- 26.** Almeida e Silva (2011) abordaram as TDCI (designadas pelas autoras como TDIC), tecnologias digitais de informação e comunicação, com foco nas contribuições propiciadas pelo seu uso no ensino e no desenvolvimento do currículo. As autoras buscaram identificar as possibilidades de mudanças educacionais evidenciadas com a inserção das TDIC nas escolas ligadas a distintos sistemas de ensino público ou privado. Para Almeida e Silva, “não se trata de ter as tecnologias como um apêndice ou algo tangencial ao currículo e sim de buscar a integração transversal das competências no domínio das TDIC com o currículo, pois este é o orientador das ações de uso das tecnologias. Desse modo, para as autoras, integrar as TDIC com o currículo significa que essas tecnologias
- (A) precisam figurar como disciplina, entre os componentes curriculares do 6º ao 9º ano do ensino fundamental.
  - (B) entram para o currículo trazidas pelas práticas sociais dos alunos, acolhidas pela escola.
  - (C) passam a compor o currículo, que as engloba aos seus demais componentes.
  - (D) compõem o cotidiano do ensino-aprendizagem de toda educação básica, inseridas em projetos.
  - (E) devem ocupar um espaço privilegiado nas etapas de ensino fundamental e médio.
- 27.** De acordo com Libâneo, Oliveira e Toschi (2012), desde 1990 vêm sendo criados e aplicados exames de âmbito federal, dos quais se destacam o Sistema de Avaliação Básica – Saeb (1994), o Exame Nacional de Ensino Médio – Enem (1998), o Exame de Certificação de Competências de Jovens e Adultos – Enceja (2002), a Prova Brasil (2005), a Provinha Brasil (2007), o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb. Para eles, os instrumentos de avaliação nacional visam a realizações de avaliações em larga escala, por meio de testes padronizados e questionários socioeconômicos, para
- (A) oferta à população, de comparação entre o desempenho de escolas públicas e privadas.
  - (B) diagnóstico da qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro.
  - (C) classificação das escolas do país, oferecendo a sua clientela uma referência para escolha.
  - (D) comparação do nível de instrução da mão de obra brasileira com o de outros países.
  - (E) prestação de contas aos financiadores dos programas de melhoria do ensino.
- 28.** Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) destacam que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb tem por objetivo medir a qualidade de cada escola e de cada rede de ensino. Esse índice, criado em 2007, tem sido referência para definição de prioridades nas políticas, como o Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE-Escola, sendo que seus resultados são calculados com base no desempenho do estudante em avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP e com base
- (A) nas porcentagens de frequência dos professores.
  - (B) nas porcentagens de frequência dos estudantes.
  - (C) no piso salarial dos professores.
  - (D) nas taxas de evasão escolar.
  - (E) nas taxas de aprovação.
- 29.** O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – Saeb tem por principal objetivo: avaliar os sistemas de ensino e oferecer subsídios para o aprimoramento das políticas educacionais, sendo para tanto, fundamentais as análises sobre os fatores associados à aprendizagem, de modo a identificar o que os alunos são capazes de fazer e quais os fatores que dificultam a aprendizagem. De acordo com Castro (2009), entre os fatores externos à escola, destacam-se: grau de escolaridade dos pais; acesso a livros e bens culturais; situação socioeconômica familiar; carreira e
- (A) gestão da escola e clima propício à aprendizagem.
  - (B) tempo de permanência na escola.
  - (C) formação continuada e em serviço dos professores.
  - (D) formação inicial dos professores.
  - (E) efeitos da repetência.

- 30.** Analisar e interpretar os indicadores e resultados educacionais (considerando diferentes dimensões e âmbitos – local, estadual e nacional) com vista a proposições de ações formativas para a melhoria da aprendizagem dos estudantes são capacidades que o Supervisor de Ensino deve possuir. Por isso, é relevante que esse profissional conheça os diferentes instrumentos de avaliação nacional e, também, o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – Saresp, bem como o Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo – IDESP. Esse índice avalia a qualidade do ensino em cada escola estadual paulista, nas séries/anos
- (A) iniciais (1º a 5º anos) e finais (6º a 9º anos) do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.
- (B) iniciais (1º a 5º anos) e finais (6º a 9º anos) do Ensino Fundamental, apenas.
- (C) finais (6º a 9º anos) do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, apenas.
- (D) iniciais (1º a 5º anos) do Ensino Fundamental, apenas.
- (E) iniciais (1º a 3º anos) e finais (8º e 9º anos) do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, apenas.
- 31.** Em conformidade com o Programa de qualidade da escola: nota técnica (2018), para referenciar o IDESP, indicador que avalia a qualidade da escola, considera-se que uma boa escola é aquela em que a maior parte dos alunos apreende as competências e habilidades requeridas para a sua série/ano, num período de tempo ideal – o ano letivo. Por esse motivo, o IDESP é composto por dois critérios: o desempenho dos alunos
- (A) nos testes padronizados da Provinha Brasil (o quanto aprenderam) e o ritmo escolar (em quanto tempo aprenderam).
- (B) na Provinha Brasil (conteúdo aprendido) e o fluxo escolar (número de repetências).
- (C) nos exames do SARESP e da Prova Brasil (o quanto aprenderam) e a dinâmica escolar (como aprenderam).
- (D) no Pisa (como aprenderam) e o fluxo escolar (em quanto tempo aprenderam).
- (E) nos exames de proficiência do SARESP (o quanto aprenderam) e o fluxo escolar (em quanto tempo aprenderam).
- 32.** A Resolução SE nº 27/1996, instituiu o Sistema de \_\_\_\_\_ do Estado de São Paulo, cujos objetivos são: desenvolver um sistema de avaliação de desempenho dos alunos do ensino fundamental e médio do Estado de São Paulo que subsidie a Secretaria da Educação nas tomadas de decisão quanto à Política Educacional do Estado; verificar o desempenho dos alunos nas séries do ensino fundamental e médio, bem como nos diferentes componentes curriculares, de modo a fornecer ao sistema de ensino, às equipes técnico-pedagógicas das Delegacias de Ensino e às Unidades Escolares informações que subsidiem: a) a capacitação dos recursos humanos do magistério; b) a reorientação da proposta pedagógica desses níveis de ensino, de modo a aprimorá-la; c) a viabilização da articulação dos resultados da avaliação com o planejamento escolar, a capacitação e o estabelecimento de \_\_\_\_\_ para o projeto de cada escola, em especial a correção \_\_\_\_\_.”
- Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto.
- (A) Avaliação de Rendimento Escolar ... metas ... do fluxo escolar
- (B) Recuperação do Aproveitamento Escolar ... medidas ... da indisciplina
- (C) Medida da Aprendizagem Escolar ... determinações ... dos erros didáticos
- (D) Monitoramento do Rendimento Escolar ... recomendações ... do desperdício
- (E) Avaliação dos Processos de Ensino ... sugestões ... da ineficiência
- 33.** Alceu, preparando-se para a prova do concurso ao cargo de Supervisor de Ensino estadual paulista, recorreu à “Proposta Curricular do Estado de São Paulo – SE SP” (2012) para estudar o tema “métodos, técnicas e instrumentos de acompanhamento do trabalho pedagógico na escola”. De acordo com essa proposta, um currículo que promove competências tem o compromisso de articular as disciplinas e as atividades escolares com aquilo que se espera que os alunos aprendam ao longo dos anos”. Essas competências caracterizam modos de ser, raciocinar e interagir que podem ser depreendidos das ações e tomadas de decisão, em contextos de problemas, tarefas ou atividades. Graças a elas, pode-se
- (A) a partir de testes padronizados, formar turmas homogêneas para facilitar o trabalho pedagógico.
- (B) treinar os estudantes para que se saiam bem nas avaliações externas, as quais são baseadas nessas competências.
- (C) articular os conteúdos curriculares com atividades laborais, preparando os estudantes para o mercado de trabalho.
- (D) inferir se a escola como instituição está cumprindo bem o papel que se espera dela e pode-se acompanhar o trabalho pedagógico.
- (E) preparar os alunos para prosseguirem estudos no nível superior, com garantia de sucesso.

- 34.** Flávio, Supervisor de Ensino, ciente de que o exercício profissional de seu cargo envolve assessorar o trabalho pedagógico na Diretoria de Ensino e nas escolas para assegurar a aprendizagem a todos os estudantes, colaborou com os diretores e coordenadores das escolas de seu setor na organização de um seminário sobre as teorias psicogenéticas desenvolvidas por Piaget, Vygotsky e Wallon, com apoio na obra de La Taille, Oliveira e Dantas (1992). Como primeiro tema a ser abordado foi eleito “O Lugar da Interação Social na Concepção de Jean Piaget”, uma vez que Piaget costuma ser criticado por “desprezar” o papel dos fatores sociais no desenvolvimento humano. Entretanto, como analisa La Taille, na obra escolhida, nada seria mais injusto do que acreditar que tal desprezo realmente existiu. O máximo que se pode dizer é que, de fato, Piaget não se deteve longamente sobre a questão, contentando-se em
- (A) destacar que o conhecimento real e concreto é construído através de experiências com outras pessoas.
  - (B) afirmar que o conhecimento é construído por informações advindas da interação com o ambiente.
  - (C) situar as influências e determinações da interação social sobre o desenvolvimento da inteligência.
  - (D) relatar situações vividas pelas crianças e adolescentes nas quais se infere a presença de interações sociais.
  - (E) alegar que aprender é uma interpretação pessoal do mundo baseada, porém, numa concepção da coletividade em que o sujeito vive.
- 35.** Segundo Oliveira (in: La Taille, Oliveira e Dantas, 1992), falar da perspectiva de Vygotsky é falar da dimensão social do desenvolvimento humano. Interessado fundamentalmente no que chamamos de funções psicológicas superiores, e tendo produzido seus trabalhos dentro das concepções materialistas predominantes na União Soviética pós-revolução de 1917, Vygotsky tem como um de seus pressupostos básicos a ideia de que
- (A) todo o conhecimento é social e criado a partir de uma experiência que ocorre por meio dos sentidos.
  - (B) o ser humano constitui-se enquanto tal na sua relação com o outro social.
  - (C) o conhecimento é social e sua evolução ocorre por meio da atualização de estruturas pré-formadas.
  - (D) as teorias sobre a realidade são construídas por nós, e determinam nossa interpretação sobre ela.
  - (E) é o outro social que determina em nós a representação que temos dos objetos.
- 36.** Dulce e Arnaldo, supervisores de ensino, organizaram reuniões de estudos com as equipes de direção e coordenação das escolas de seus setores de supervisão, com o objetivo de assessorá-las, na busca por identificar fatores que impactam a aprendizagem dos alunos e, portanto, a qualidade do trabalho educativo escolar. Tomaram por base o documento “Indicadores de qualidade na Educação” (São Paulo: Ação Educativa, 2004). Com leitura compartilhada e debates esclareceram o conceito de indicadores e compreenderam o instrumento de avaliação da qualidade da escola, de uso flexível, que o documento apresenta. Esse instrumento abrange sete elementos ou dimensões: “ambiente educativo, prática pedagógica, avaliação, gestão escolar democrática, formação e condições de trabalho dos profissionais da escola, espaço físico escolar e, por fim, acesso, permanência e sucesso na escola”. Cada dimensão é constituída por indicadores, a serem avaliados por perguntas, as quais se referem a práticas, atitudes ou situações que qualificam o indicador e “a avaliação dos indicadores leva à avaliação da dimensão”. Para iniciar-se no trato com os indicadores, uma das escolas escolheu, na dimensão avaliação, o indicador de “monitoramento do processo de aprendizagem” aplicando a pergunta se os professores observam a progressão dos alunos e quais suas principais dificuldades. Assim, atendendo às orientações para a aplicação do indicador selecionado, procuraram:
- (A) obter respostas coletivas, de grupos que se formaram espontaneamente, a partir do interesse pessoal pelo indicador avaliado.
  - (B) coletar respostas individuais de todos os segmentos da comunidade escolar, a serem interpretadas e sintetizadas pela equipe de direção e de coordenação.
  - (C) obter respostas à pergunta referente ao indicador selecionado, consultando apenas o segmento que atua na dimensão correspondente.
  - (D) agrupar os interessados em participar, separando cada segmento, funcionários, professores, alunos maiores, alunos menores e pais, para facilitar a comunicação.
  - (E) formar grupos com representantes de todos os segmentos da comunidade escolar, para responder coletivamente à pergunta que avalia o indicador selecionado.
- 37.** Quando se estuda o tema “Abordagens do processo de ensino e aprendizagem”, é inevitável que se dê atenção à abordagem cognitivista, particularmente aos trabalhos do pesquisador suíço Jean Piaget. Um dos pontos de destaque em sua teoria é o conceito de reversibilidade. Na obra “Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão” (La Taille, Oliveira e Dantas, 1992), encontramos que, segundo Piaget, “a reversibilidade não é qualidade inata, nem simples aprendizagem dos códigos linguísticos: é construída ativamente pelo sujeito durante seu desenvolvimento cognitivo. Sua conquista e sua presença final são, portanto, a prova de que o sistema cognitivo caminha em direção
- (A) ao equilíbrio”.
  - (B) à filogênese”.
  - (C) à ontogênese”.
  - (D) à gestalt”.
  - (E) ao pensamento pré-operatório”.

38. De acordo com a Proposta Curricular do Estado de São Paulo (São Paulo: SE, 2012), cabe aos professores desenvolver boas situações de aprendizagem para que os alunos possam desenvolver competências e habilidades. Esse documento aborda as características do mundo atual e afirma que ser estudante, nesse mundo que expõe o jovem desde muito cedo às práticas da vida adulta – e, ao mesmo tempo, posterga a sua inserção profissional –, é fazer da experiência escolar uma oportunidade para aprender a ser livre e ao mesmo tempo respeitar as diferenças e as regras de convivência. Hoje, mais do que nunca, aprender na escola é o ofício de aluno, a partir do qual ele vai
- (A) ser bem-sucedido nos exames vestibulares ao ensino superior.
  - (B) saber como obter informações em tempo real.
  - (C) fazer o trânsito para a autonomia da vida adulta e profissional.
  - (D) ter sucesso em sua vida profissional e financeira.
  - (E) tornar-se um cidadão que dará continuidade aos valores da sociedade.
39. Zilda é Supervisora de Ensino de uma Diretoria de Ensino do Estado de São Paulo. Foi consultada pela equipe de direção e coordenação de uma das escolas de seu setor sobre como definir o referencial teórico-prático de monitoramento, observação e gestão da sala de aula e de processos de intervenção pedagógica na escola. Zilda orientou a equipe a examinar, em Vasconcellos (2012) os capítulos sobre o Projeto de Ensino-aprendizagem, explorando os temas da elaboração conjunta do planejamento para a discussão daquele referencial e observando que, ao tratar do Projeto didático, não se deve esquecer o da escola, em seu conjunto. Dentre as várias condições objetivas para o trabalho do educador, indicadas por Vasconcellos, destaca-se, por ser fundamento básico para uma prática transformadora:
- (A) a troca de mensagens pela internet.
  - (B) as rotinas que antecede às provas bimestrais.
  - (C) o espaço frequente da reunião pedagógica.
  - (D) os encontros para fechamento de notas bimestrais.
  - (E) as atividades de planejamento do início de semestre.
40. Na obra “Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar”, Vasconcellos (2008) entende a avaliação com um novo sentido, ou seja “avaliar para que os alunos aprendam mais e melhor”. Para isso, é necessário o deslocamento do eixo de preocupação do professor, investindo suas energias e potencialidades na aprendizagem dos alunos. Para atingir essa meta, de acordo com Vasconcellos, “há necessidade de recapacitação no que diz respeito ao processo de conhecimento do educando. [E] Coloca-se um problema de ordem epistemológica, como se dá a construção do conhecimento? Assumir essa linha de reflexão significa, pois, subordinar a clássica pergunta da didática: “Como o professor deve ensinar?” a uma pergunta anterior \_\_\_\_\_.
- Na medida em que o professor realmente enfrenta esta última [questão], sua forma de trabalho em sala de aula necessariamente terá que mudar, superando tanto os conteúdos desvinculados das reais necessidades das crianças, quanto a metodologia passiva, presente ainda na escola brasileira.
- Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do texto.
- (A) o que fazer com os alunos faltosos?
  - (B) o papel do professor é cumprir o programa ou garantir a aprovação dos educandos médios e a dos mais preparados?
  - (C) como o aluno pode tirar notas altas se estuda pouco?
  - (D) como o aluno aprende?
  - (E) como abrir mão das exigências tradicionais se são elas que selecionam os alunos?
41. Luckesi (2011) afirma que “a avaliação deixará de ser autoritária se o modelo social e a concepção teórico-prática da educação também não forem autoritários. Se as aspirações socializantes da humanidade se traduzem num modelo socializante e democrático, a pedagogia e a avaliação no seu interior também se transformarão na perspectiva de encaminhamentos democráticos”. A primeira ação que tem que ser feita para essa transformação nos fins da avaliação “é modificar a sua utilização de classificatória para diagnóstica. Ou seja, a avaliação deverá ser assumida como um instrumento de compreensão do estágio em que o aluno se encontra, tendo em vista tomar decisões suficientes e satisfatórias para que [ele] possa avançar no seu processo de aprendizagem.” Assim, de acordo com o autor, para que a avaliação diagnóstica seja possível, é preciso compreendê-la e realizá-la comprometida com uma proposta pedagógica
- (A) escolanovista.
  - (B) libertária.
  - (C) tecnicista.
  - (D) rogeriana.
  - (E) histórico-crítica.

42. De acordo com o Inciso I do art. 17 da Deliberação CEE nº 155/2017, a avaliação dos alunos a ser realizada pelos professores e pela escola deve “assumir um caráter processual, formativo e participativo, sendo também contínua, cumulativa e diagnóstica com vistas a: a) identificar potencialidades e dificuldades de aprendizagem e detectar problemas de ensino; b) subsidiar decisões sobre a utilização de estratégias e abordagens de acordo com as necessidades dos alunos,” e “criar condições de intervir de modo imediato e a mais longo prazo para sanar dificuldades e redirecionar o trabalho docente.” Essa avaliação, segundo o inciso II do citado art. 17 dessa mesma deliberação, deve, quanto aos seus instrumentos e procedimentos, utilizar vários deles, “tais como a observação, o registro descritivo e reflexivo, os trabalhos individuais e coletivos, os portfólios, exercícios, provas, questionários, dentre outros, tendo em conta a faixa etária e as características de desenvolvimento do educando.” E, para concluir, o inciso III do art. 17 afirma que, nessa avaliação dos alunos, deve-se fazer prevalecer os aspectos
- (A) sociais do educando sobre os morais e intelectuais.
  - (B) qualitativos da aprendizagem do aluno sobre os quantitativos, bem como os resultados ao longo do período sobre os de provas finais, quando essas ocorrerem.
  - (C) quantitativos da aprendizagem, de modo a evidenciar na suas provas finais, de tudo que foi ensinado, quanto o aluno aprendeu.
  - (D) psicoafetivos do aluno sobre os cognitivos, valorizando seus esforços no processo.
  - (E) socioeconômicos do educando sobre os cognitivos e afetivos.
43. Alice Bonamino e Sandra Zakia Sousa, no artigo “Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: Interface com o currículo da/na escola” (2012), analisaram diversos aspectos relativos a esse tema. Entre as questões examinadas, constam os riscos e potenciais das avaliações de segunda e terceira geração para o currículo escolar. Conforme concluíram as autoras, essas avaliações relativas à política de responsabilização, por um lado, apresentaram o risco de exacerbarem a preocupação de diretores e professores em
- (A) preparar seus alunos para os testes, levando a um estreitamento do currículo escolar.
  - (B) exigir o domínio da tabuada para garantia do sucesso nos testes de raciocínio matemático de todos os alunos do Ensino Fundamental.
  - (C) priorizar o ensino de redações, em detrimento da aprendizagem das habilidades fundamentais de matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental.
  - (D) determinar o desenvolvimento prioritário dos objetivos de caráter afetivo, ainda que em detrimento dos de natureza cognitiva.
  - (E) manter a avaliação de terceira geração apenas para o Ensino Médio.
44. Segundo o documento “Matrizes de referência para avaliação SARESP: docum. básico SEE”, 2009, uma matriz de referência de avaliação pode ter muitas finalidades. Por trabalharem com as especificações das habilidades que possibilitam inferir o nível em que os alunos dominam as competências no processo de escolarização, tais matrizes possibilitam
- (A) selecionar os melhores alunos da classe para premiá-los, no final do ano letivo.
  - (B) remanejar os alunos, com o objetivo de formar classes homogêneas que permitem o cumprimento da proposta curricular.
  - (C) acompanhar o desenvolvimento dos alunos de sua turma em relação a sua proposta de trabalho, tendo em vista o cumprimento da proposta curricular no ano letivo.
  - (D) verificar quais são os alunos com ótimo e médio desempenho, distinguindo-os dos mais fracos que possivelmente serão reprovados.
  - (E) classificar todos os educandos, estimando quais terão sucesso no ensino superior.
45. O Programa de Qualidade da Escola avalia anualmente cada escola estadual paulista, mediante o Índice de Desenvolvimento da Educação Paulista (IDESP) que mede a qualidade das escolas. A metodologia utilizada no cálculo do IDESP permite que a escola acompanhe sua evolução de ano para ano. Assim o IDESP tem o papel de dialogar com a escola, fornecendo-lhe um diagnóstico que
- (A) oriente a oferta de assessoria rápida para aquelas com desempenho insuficiente.
  - (B) determine advertência à respectiva equipe diretiva e docente, se sua produção for abaixo da média esperada.
  - (C) implique na exigência aos pais de ensino dos filhos em casa, se essa unidade apresentar desempenho muito baixo.
  - (D) aponte suas fragilidades e potencialidades e um norte que permita sua melhoria constante.
  - (E) possibilite selecionar as melhores em desempenho para premiá-las.

46. Leopoldo e Mercedes, supervisores de ensino do sistema estadual paulista, reuniram, num só grupo, os diretores das escolas públicas de seus setores de supervisão, para interpretar as diretrizes da Secretaria Estadual da Educação relativas à atribuição de aulas. Os trabalhos consistiram em leitura compartilhada, entremeada com esclarecimentos, discussão de casos trazidos pelos supervisores e debate a partir de dúvidas apresentadas pelos diretores. A respeito da atribuição de aulas, de acordo com as diretrizes da Secretaria, os diretores de escola entenderam que o correto é
- convencer, com antecedência, os professores mais experientes em alfabetização a escolherem, na sua vez, as classes dos três anos iniciais.
  - zelar pelo rigor na classificação do professor, a qual é soberana, para que, na sua vez, ele escolha a classe ou as aulas que desejar.
  - seguir orientações específicas para atribuir as classes dos três anos iniciais do ensino fundamental.
  - atribuir um ponto aos professores cujos alunos tiveram notas altas nas avaliações externas, anteriores à atribuição, favorecendo sua classificação para a escolha de classes e aulas, na escola.
  - atribuir as classes e aulas de EJA – Educação de Jovens e Adultos, apenas, para compor Jornada e Carga Suplementar, de titulares de cargo, mas nunca para ampliar jornada dos mesmos.
47. O Decreto nº 57.141/2011, em seu art. 72, define as atribuições das Equipes de Supervisão, por meio dos Supervisores de Ensino que as integram. No inciso IV, letra “e”, consta como uma das atribuições dos supervisores de ensino:
- compor comissões de atribuição de classes e aulas, com participação de diretores de escola, encarregadas de atribuir todas as classes e aulas das escolas jurisdicionadas à diretoria regional de ensino.
  - apoiar a área de recursos humanos nos aspectos pedagógicos do processo de atribuição de classes e aulas.
  - coordenar a atribuição de classes e aulas, em todas as escolas públicas de seu respectivo setor.
  - dirimir, em plantão permanente, durante o período de atribuição de aulas, todas as dúvidas a respeito da legislação pertinente.
  - realizar a atribuição de classes e aulas aos docentes não titulares de cargo e homologar a atribuição feita, pelos diretores de escola, aos titulares, em seu setor de supervisão.
48. Nas escolas públicas do sistema estadual de ensino, a atribuição de classes e aulas, a cada ano letivo, envolve questões de natureza
- financeira, apenas, porque condiciona a remuneração mensal e o potencial de consumo do professor.
  - administrativa e pedagógica: define a base para controle de frequência e remuneração, ao indicar quem vai ensinar o que a quem.
  - jurídica, somente, ao definir o tipo de vínculo funcional do servidor com o executivo estadual.
  - estritamente burocrática, de rigorosa verificação de dados em relação às exigências legais.
  - administrativa, apenas, pois cria base de dados para controle de frequência e pagamento.
49. Arlete é Supervisora de Ensino de uma Diretoria Regional de Ensino, cujo Dirigente determinou a realização de uma Apuração Preliminar, em decorrência de um relato do diretor de uma escola estadual e da denúncia escrita de um pai dessa escola, sobre possível participação de um professor em determinada irregularidade contra um aluno, seu filho. Arlete foi uma das servidoras designada para participar da comissão dessa apuração. Para os autos dessa apuração, devem ser trazidas todas as provas existentes (testemunhais, documentais, relatos de indício etc.), as quais embasarão o arquivamento do processo ou a futura instauração do procedimento disciplinar (Sindicância ou Processo Administrativo). Ainda de acordo com as normas que regulam esse procedimento, a Supervisora Arlete estará legalmente apta a participar da comissão de apuração se ela
- for supervisora de outras escolas, mas não daquela objeto da apuração.
  - for supervisora da escola objeto da apuração.
  - já completou três anos e meio de exercício funcional.
  - for efetiva no cargo e não designada.
  - já foi diretora da escola em questão.
50. Hilário é Supervisor de Ensino de uma Diretoria Regional de Ensino do Estado de São Paulo e em seu setor atuam três Diretores de Escola substitutos, novos na função. Para orientá-los quanto a procedimentos disciplinares, Hilário deverá explicar-lhes que, de acordo com o art. nº 268 da Lei nº 10.261/1968, alterada pela Lei Complementar nº 942/2003, a apuração de infrações disciplinares é realizada mediante Sindicância ou Processo Administrativo e para o possível infrator
- é facultada a ampla defesa, apenas quando a falta disciplinar requerer a pena de demissão.
  - são vedados o contraditório e a ampla defesa.
  - é possível a apresentação de até três provas ou testemunhos em sua defesa.
  - são assegurados o contraditório e a ampla defesa.
  - é concedida a defesa, apenas se a falta disciplinar implicar em apreensão.

51. José Cretella Junior (1969,v. 6:153) in: Di Prieto (2018) define a sindicância administrativa como o meio sumário de que se utiliza a Administração do Brasil para, sigilosa ou publicamente, com indiciados ou não, proceder à apuração das ocorrências anômalas no serviço público, as quais, confirmadas, fornecerão elementos concretos para a imediata abertura do processo administrativo contra o funcionário público responsável. Assim, a sindicância seria uma fase preliminar ao processo administrativo e, de acordo com o art. 269 da Lei nº 10.261/1968, alterada pela Lei Complementar nº 942/2003, ela será instaurada quando a falta disciplinar, por sua natureza, puder determinar pena de
- (A) cassação de aposentadoria.
  - (B) repreensão, suspensão ou multa.
  - (C) demissão a bem do serviço público.
  - (D) disponibilidade.
  - (E) readaptação.
52. Conforme o documento “Algumas questões sobre apuração preliminar”, São Paulo – SEE (2013), para a conclusão da investigação e o convencimento da autoridade que irá opinar sobre o arquivamento do processo ou a instauração do devido procedimento disciplinar, é
- (A) facultativa a transcrição completa de todos os depoimentos.
  - (B) indispensável parecer conclusivo da comissão, apenas nos casos em que ela opine pelo arquivamento do processo.
  - (C) obrigatória a transcrição completa de todos os depoimentos, pois esses dados são indispensáveis para aqueles fins.
  - (D) facultativo o parecer conclusivo da comissão.
  - (E) dispensável a transcrição completa dos depoimentos, devendo-se só apresentar o que for relevante para aqueles fins.
53. A Lei nº 10.177/1998 afirma em seu art. 4º que a Administração Pública atuará em obediência aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, finalidade, interesse público e motivação dos atos administrativos. Segundo seu art. 5º, “a norma administrativa deve ser interpretada e aplicada da forma que melhor garanta a realização do fim público a que se dirige”. E, conforme afirma no Art. 10º, a Administração anulará seus atos inválidos, de ofício ou por provocação de pessoa interessada, devendo deixar de fazê-lo quando:
- (A) ultrapassado o prazo de 15 (quinze) anos contado de sua ocorrência.
  - (B) da irregularidade apenas resultar prejuízo moral a terceiros.
  - (C) forem passíveis de convalidação.
  - (D) ultrapassado o prazo de 12 (doze) anos contado de sua produção.
  - (E) da irregularidade apenas resultar prejuízo financeiro a terceiros.
54. Heloisa, Supervisora de Ensino de Diretoria Regional de Ensino paulista, atua, no seu setor, junto à escola particular que teve troca de Mantenedor em 2017. Em 2018, a diretora dessa escola dispensou os professores habilitados e contratou estagiários para que a instituição deixasse de recolher os encargos sociais. Ao verificar o ocorrido, Heloisa determinou à diretora a incorporação de medidas saneadoras para regularizar a situação da escola. Considerando que tais medidas não foram acatadas pela direção, a Supervisora deverá aplicar à escola o que dispõe o art. 72 Inciso VI alínea “d” do Decreto nº 57.141/2011, encaminhando ao Dirigente Regional
- (A) proposta de fechamento da escola enquanto durassem as irregularidades.
  - (B) representação, pois foram esgotadas orientações e recursos saneadores ao seu alcance.
  - (C) solicitação para transferência dessa escola de seu setor de supervisão.
  - (D) proposta para as medidas saneadoras continuarem a ser oferecidas pela ação direta do próprio Dirigente Regional.
  - (E) manifestação para que a Diretoria Regional deixe de convalidar qualquer ato dessa escola, enquanto durar a irregularidade já existente.
55. O art. 15 do Decreto nº 57.141, de 18 de julho de 2011, que reorganiza a Secretaria da Educação e dá providências correlatas, dispõe sobre a estrutura de cada Diretoria de Ensino e, em seus incisos IV, V e VI, estabelece três centros, com seus respectivos núcleos, para atendimento às demandas relativas ao funcionamento das escolas. As questões relativas à “Vida Escolar” são atendidas por núcleo que integra o Centro
- (A) Especializado de Ensino.
  - (B) de Administração, Finanças e Infraestrutura.
  - (C) de Recursos Humanos.
  - (D) de Informações Educacionais e Gestão da Rede.
  - (E) Tecnológico.

- 56.** O direito de todos à educação corresponde ao dever do Estado de oferecê-la nas etapas e modalidades necessárias com integração de suas instâncias: União, Estados, Distrito Federal e Municípios. De acordo com a LDBEN Lei nº 9.394/96, observados os princípios elencados em seu art. 3º (retomando os do art. 206 da Constituição Federal de 88), é incumbência dos Estados organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino (art. 10, inciso I). Essa mesma Lei, no art. 12, incumbe os estabelecimentos de ensino de elaborar e executar sua proposta pedagógica e de administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros,
- (A) respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino.
  - (B) cumprindo fielmente as prescrições do Dirigente Regional de Ensino.
  - (C) atendendo sugestões dos pais mais instruídos e preparados.
  - (D) com total independência, ouvido apenas o Conselho de Escola.
  - (E) incrementados pela arrecadação da Associação de Pais e Mestres.
- 57.** O Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo, que é regido pela Lei nº 10.261/1968, foi alterado pela Lei Complementar nº 942, de 06 de Junho de 2003. No que diz respeito ao Processo por Abandono do Cargo ou Função e por Inassiduidade, o art. 309 dessa Lei Complementar dispõe que não será instaurado processo para apurar abandono de cargo ou função, bem como inassiduidade, se o servidor tiver pedido exoneração. A esse respeito, informa, no art. 310, que o processo instaurado se extinguirá exclusivamente para apurar abandono de cargo ou função, bem como inassiduidade, se o indiciado
- (A) comprometer-se a repor as faltas no seu período de férias.
  - (B) pedir exoneração com antecedência de, no mínimo, quinze dias úteis antes do interrogatório.
  - (C) pedir exoneração até a data designada para o interrogatório, ou por ocasião deste.
  - (D) pagar, aos cofres públicos, multa no valor do salário correspondente aos dias que faltou ao serviço.
  - (E) cumprir suspensão do serviço público por igual período das faltas, reassumindo na data subsequente.
- 58.** As professoras Daniela e Ana atuam em uma escola pública municipal de manhã e em outra estadual, à tarde. Elas participaram de comissões por ocasião da elaboração dos Planos de Educação, Municipal e Estadual, acompanhando o debate sobre o que pode ser considerada despesa relacionada à manutenção e desenvolvimento do ensino. A esse respeito, o art. 70 da Lei Federal nº 9.394/96 dispõe que deverão ser consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo, entre as oito despesas previstas as que se destinam a:
- (A) obras de infraestrutura que possam beneficiar indiretamente a rede escolar.
  - (B) formação de quadros especiais para a administração pública, sejam militares ou civis.
  - (C) programas suplementares de assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica.
  - (D) subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural.
  - (E) remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação.
- 59.** Segundo o art. 69 da Lei nº 9.394/96, a União aplicará, anualmente, na manutenção e desenvolvimento do ensino público, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais ou
- (A) o avaliado como necessário pela Comissão de Educação do respectivo poder legislativo.
  - (B) o que consta na proposta da Comissão de Orçamento do respectivo poder legislativo.
  - (C) o prometido no programa de campanha do executivo eleito.
  - (D) o que consta nas respectivas Constituições ou Leis Orgânicas.
  - (E) o estabelecido nos Planos de Educação Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais.

60. José, não encontrando vaga nas escolas públicas próximas a sua residência, matriculou seu filho em uma escola particular, confessional, de educação básica e pleiteou uma bolsa de estudo paga pelo Estado. O resultado do pleito foi deferido, pois o pedido de José se amparava no artigo 77 da Lei nº 9.394/96, segundo o qual os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas que:

- I. comprovem finalidade não lucrativa e não distribuam resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto;
- II. apliquem seus excedentes financeiros em educação;
- III. assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades;
- IV. prestem contas ao Poder Público dos recursos recebidos. O deferimento amparou-se, também, no § 1º do mesmo artigo o qual estabelece: “Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para a educação básica, na forma da lei, para os que demonstrarem \_\_\_\_\_, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública de domicílio do educando, ficando o Poder Público obrigado a investir prioritariamente na expansão da sua rede local.”

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do texto.

- (A) insuficiência de recursos
- (B) dificuldade de locomoção
- (C) problema de aprendizagem
- (D) qualquer tipo de deficiência
- (E) problemas de saúde

61. Os novos membros da Associação de Pais e Mestres (APM) da Escola Estadual de Ensino Fundamental Anibal Ferreira leram e analisaram o Decreto nº 12.983/78, que Estabelece o Estatuto Padrão das Associações de Pais e Mestres. Verificaram que, em seu art. 6º, o referido decreto estabelece que os meios e recursos para atender os objetivos da APM serão obtidos através de:

- I. contribuição dos sócios;
- II. convênios;
- III. subvenções diversas;
- IV. doações;
- V. promoções diversas.

Além disso, no art. 7º, a respeito da contribuição dos sócios, constataram que esta

- (A) é paga em dinheiro ao tesoureiro da APM.
- (B) é facultativa.
- (C) é obrigatória.
- (D) pode ser parcelada em, no máximo, três pagamentos.
- (E) tem um valor mínimo fixado pela APM, sendo paga no ato da matrícula.

Considere o texto a seguir para responder às questões de números 62 a 65.

A Constituição Federal de 1988 estabelece, no artigo 206, “garantia de padrão de qualidade” e, no artigo 209, a “avaliação da qualidade” pelo Poder Público, como condição do ensino livre à iniciativa privada. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9394/96, por sua vez, no artigo 7º, reitera que o ensino é livre à iniciativa privada, se forem cumpridas as normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino e se houver autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo poder público, além de capacidade para se autofinanciar.

Nas últimas décadas, as escolas mantidas pela iniciativa privada aumentaram em número e proporção, na maior parte das diretorias de ensino do Estado de São Paulo. Nesse Estado, o Conselho Estadual de Educação, CEE, fixa normas para autorização de funcionamento e supervisão de estabelecimentos e cursos, no sistema estadual de ensino de São Paulo, na Deliberação CEE 138/2016, e a Secretaria Estadual de Educação, na Resolução SE nº 51/2017, dispõe sobre o que foi fixado na citada deliberação, anexando Instrução que a integra, para explicitar os procedimentos necessários ao cumprimento do deliberado.

62. De acordo com o estabelecido na legislação maior e com os critérios fixados no sistema estadual de ensino, um mantenedor particular que quiser abrir regularmente um estabelecimento de ensino no Estado de São Paulo deverá protocolar requerimento ao Dirigente Regional de Ensino, com 120 dias de antecedência a data prevista para início das atividades, mencionando essa data e a etapa da educação básica que será oferecida e juntando três peças:

- (A) Planos dos cursos pretendidos, planta do prédio e Alvará da Prefeitura.
- (B) planta do prédio, quadro de ocupação das salas e Regimento Escolar.
- (C) Quadro do pessoal docente, escritura do prédio (ou contrato de aluguel para 4 anos ou mais), e comprovante bancário de reservas financeiras do(s) mantenedor(es).
- (D) Proposta Pedagógica, Regimento Escolar e Relatório (referente à regularidade da mantenedora e do prédio e aos recursos materiais e financeiros).
- (E) Croquis do prédio, Alvará da Prefeitura e Laudo do Corpo de Bombeiros.

- 63.** De acordo com a normatização que consta da Instrução citada no texto que introduz essa questão, a autorização de estabelecimentos de ensino e de cursos mantidos pela iniciativa privada
- (A) depende da análise do setor jurídico da Diretoria Regional de Ensino ao qual o Dirigente encaminhará o requerimento do interessado e as peças anexadas, e o qual, após análise circunstanciada, emitirá relatório conclusivo, recomendando deferir ou indeferir o requerido.
  - (B) é atribuição do Assistente Técnico do Dirigente Regional de Ensino, o qual pode, a seu critério, pedir a um ou mais supervisores colaboração para analisar as peças de caráter pedagógico que foram anexadas e elaborar nota avaliativa de cada uma delas.
  - (C) é da competência do Setor de Planejamento da Diretoria, cujo chefe pode requisitar colaboração de integrantes de outros setores, conforme a necessidade, ficando sob sua responsabilidade a consolidação do parecer final deferindo ou indeferindo o solicitado.
  - (D) envolve dois setores da Diretoria Regional de Ensino: o que cuida de Obras e Infraestrutura, para analisar questões relativas ao prédio escolar, e o Setor Pedagógico, para avaliar o que foi proposto em relação ao processo educativo e curricular.
  - (E) passa pela comissão de supervisores designada pelo Dirigente Regional de Ensino, a qual procederá à vistoria do prédio, dos materiais, dos equipamentos e instalações e analisará a documentação exigida, emitindo parecer conclusivo pelo deferimento ou indeferimento.
- 64.** O item VIII da Instrução que integra a Resolução SE nº 51/2017 refere-se a “Procedimentos Relativos às atribuições da equipe de Supervisão de Ensino”. Ele remete ao art. 72 do Decreto nº 57.141/2011 para situar que o supervisor de ensino, no exercício de suas atribuições, quanto à ação administrativa e pedagógica, em relação às escolas da rede privada de ensino, deverá
- (A) acompanhá-las, orientá-las, avaliá-las e fiscalizá-las quanto ao cumprimento das normas e preceitos legais pertinentes.
  - (B) apenas fiscalizá-las quanto ao cumprimento das normas legais.
  - (C) apenas orientá-las quanto às alterações da legislação referentes a currículo e avaliação.
  - (D) orientá-las e assessorá-las em todos os aspectos, exatamente como faz com as escolas públicas.
  - (E) acompanhar as que fazem parte de seu setor de supervisão, por meio de visitas semestrais, somente para verificar registros de vida escolar.
- 65.** A Deliberação CEE nº 138/2016, em seu art. 21, dispõe que “a falta de atendimento aos padrões de qualidade e a ocorrência de irregularidades de qualquer ordem no funcionamento do estabelecimento de ensino serão objeto de diligência ou sindicância instauradas pela autoridade competente”. No item VII da Instrução que integra a Resolução SE nº 51/2017, para os casos de irregularidades cometidas pela instituição de ensino e/ou entidade mantenedora, em que foram “esgotadas as possibilidades de correção”, são definidos procedimentos relativos a diligência e sindicância, cujo correto entendimento é o de que compete ao Dirigente Regional de Ensino designar comissão de supervisores para efetuar diligências por ele instauradas ou para efetuar sindicâncias instauradas pela Coordenadoria de Gestão da Educação Básica – CGEB. Nesse último caso, a Comissão de Supervisores de Ensino
- (A) estabelece as normas e procedimentos a seguir e as fazem constar do relatório conclusivo.
  - (B) recebe orientações diretas do Assistente Técnico do Dirigente Regional de Ensino, do início ao fim do processo.
  - (C) tem as normas e procedimentos relativos à sindicância disponibilizados pela Assistência Técnica do Coordenador da CGEB, responsável pela rede privada de ensino.
  - (D) recebe, do setor jurídico da Diretoria Regional de Ensino, orientações quanto aos procedimentos pertinentes.
  - (E) deve pesquisar os procedimentos indicados para esses casos em manuais de Administração Pública, descrevendo, no relatório final, os que foram adotados.
- 66.** A supervisão de Ensino cumpre função de Estado para a garantia do direito à educação com qualidade, tanto nas escolas públicas quanto nas particulares, com algumas incumbências diferentes, por serem essas últimas mantidas pela iniciativa privada. Nas escolas particulares, sua autorização para funcionamento, seu acompanhamento depois de autorizadas, a orientação, a avaliação e a fiscalização de seu funcionamento relacionam-se à garantia de direitos aos estudantes. Por isso, tanto no caso de escolas autorizadas e em funcionamento, quanto no daquelas que estão com atividades suspensas ou encerradas (conforme art. 20 da Deliberação CEE 138/2016 e item VI-2.d da Instrução que integra a Resolução nº 51/2017), merece especial atenção da Diretoria Regional de Ensino, por intermédio dos supervisores, a regularidade
- (A) do pagamento dos professores.
  - (B) da habilitação do(a) contratado(a) para diretor(a) da escola.
  - (C) do recolhimento dos encargos sociais de todos os contratados pela mantenedora.
  - (D) da documentação e dos registros relativos à vida escolar dos alunos.
  - (E) do cumprimento do calendário escolar, homologado ano a ano.

**67.** De acordo com a Deliberação CEE 138/2016 e com a Instrução que integra a Resolução nº 51/2017, quando o mantenedor de uma escola particular quer encerrar suas atividades, ele deve solicitar o encerramento à respectiva Diretoria Regional de Ensino juntando: justificativa; plano de encerramento de atividades; garantia de continuidade de estudos aos alunos matriculados; comprovação da regularidade da documentação escolar e, também, entrega do acervo

- (A) à Secretaria Estadual de Educação, habilitada para sua guarda permanente.
- (B) à escola pública mais próxima, que ficará dele encarregada, com o conhecimento das famílias dos alunos.
- (C) à Diretoria Regional de Ensino, que o destinará ao núcleo específico.
- (D) ao setor legalmente encarregado de sua guarda, junto à Coordenadoria de Gestão da Educação Básica – CGEB.
- (E) ao Conselho Estadual de Educação, para retorno à Diretoria Regional de Ensino, após digitalização dos documentos.

Considere o texto a seguir para responder às questões de números **68** e **69**.

Danilo, Diretor de Escola, participou de um curso na Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores “Paulo Renato Costa Souza” – EFAP relativo às teorias e práticas de gestão escolar, docência e processos de ensino e aprendizagem. Como os demais cursos oferecidos pela EFAP, esse baseou-se no documento Eixos de Formação São Paulo (SEE/EFAP, 2017). Dos cursos de formação continuada para Diretores de Escola realizados pela EFAP, Danilo escolheu as seguintes disciplinas: Gestão Educacional e Grandes Temas da Educação.

**68.** A disciplina Gestão Educacional foi dividida em: Gestão Democrática e Participativa; Gestão Pedagógica; Gestão de Pessoas e Equipes; Gestão de Processos Administrativos e Gestão de Resultados Educacionais. No módulo Gestão Democrática e Participativa, Danilo teve a oportunidade de estudar sobre a elaboração coletiva e a implementação da proposta pedagógica da escola, considerando as diferenças individuais, sociais, culturais e a participação dos estudantes, educadores, colegiados e comunidade na vida escolar. Tal gestão visa favorecer um clima escolar que promova

- (A) um ambiente de tolerância e fraternidade.
- (B) a realização exitosa dos projetos governamentais.
- (C) a eficiência das tarefas administrativas da escola.
- (D) um bom entrosamento entre a escola e as famílias dos alunos.
- (E) o processo de ensino e aprendizagem.

**69.** Quanto à disciplina Grandes Temas da Educação, ela foi dividida nos seguintes Temas: Alfabetização; Avaliação Educacional; Cultura Digital; Cultura Inclusiva; Currículo; Liderança Educacional; Temas Transversais e Direito Educacional. Na pesquisa de satisfação realizada no final da referida disciplina, Danilo elogiou muito a forma como foi trabalhado o tema cujo objetivo consistia em fornecer novas formas de expressão, de relação com as informações (acompanhamento, controle, organização e atualização de dados) e novos modos de interação, a partir da flexibilização do tempo e do espaço. Portanto, ao tecer tal elogio, Danilo estava se referindo ao tema

- (A) alfabetização.
- (B) avaliação educacional.
- (C) cultura inclusiva.
- (D) cultura digital.
- (E) currículo.

**70.** A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, por meio da Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores “Paulo Renato Costa Souza – EFAP” estabeleceu, em sua política de formação, diretrizes para ações formativas dos gestores da SEE-SP (Diretrizes de Formação Continuada para Gestores da SEE-SP, São Paulo: SEE/EFAP, 2017). Segundo esse documento, “Nas ações de formação, devem-se levar em conta os modelos mentais, forma com que o adulto enxerga o mundo, que são construídos a partir de suas experiências e da sua subjetividade. É importante que essa ação considere uma metodologia e estratégia que possibilite a ressignificação dos saberes já construídos”. Nessa direção, o documento aponta, entre as metodologias sugeridas, a “Investigação-Ação metodologia baseada na perspectiva da Ação-Reflexão-Ação proposta por Donald Schön (1992), baseada, por sua vez, na Teoria da Indagação de John Dewey (1859 – 1952), que pressupõe a reflexão como busca de caminhos para gerar confiança e promover por meio do trabalho, o conhecimento que tem solidez teórica, transformando

- (A) o senso comum em episteme.
- (B) a prática e superando o mero fazer.
- (C) a aspiração em fato.
- (D) o sonho em realidade.
- (E) as maneiras pessoais de fazer em práticas padronizadas.

71. Flávio, supervisor de ensino, foi questionado por um diretor de escola sobre o papel do líder, o qual lhe perguntou especificamente: “qual é o combustível do líder? O que faz sua chama brilhar?”. Diante de tal questionamento, Flávio respondeu-lhe “é o sonho!”, e citou Cortella e Mussak (2009), segundo os quais “O ser humano é fortemente impulsionado por duas ambições originais: não sofrer e obter prazer. Quase tudo que fazemos tem essas duas finalidades, que podem ser chamadas de motivações essenciais”. Porém, acrescentam esses autores, o sonho “também é um elemento de motivação, pois acena com a perspectiva de um futuro melhor”. Completando o pensamento de Cortella e Mussak, Flávio explicita: o combustível do líder é o sonho, entretanto, não se trata de qualquer sonho, pois de fato, o sonho tem uma presença, mas é diferente de delírio, porque o sonho tem que ter um componente em particular. Esse componente é a
- (A) factibilidade.
  - (B) confiabilidade.
  - (C) imprevisibilidade.
  - (D) legitimidade.
  - (E) realidade.
72. As Diretrizes de Formação Continuada para Gestores da SEE-SP foram elaboradas pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (2017). Essa Formação se destina aos servidores que ocupam cargo/função de gestor nesta pasta, sendo que os supervisores de ensino compõem o público-alvo dessas ações. De acordo com as diretrizes, a formação continuada dos gestores do sistema estadual paulista está pautada nos seguintes princípios: Gestão Democrática, Qualificação, Compromisso com a SEE-SP, Equidade, Colaboração, Inovação, Proatividade, Ética, Corresponsabilidade e
- (A) Criticidade.
  - (B) Resiliência.
  - (C) Solidariedade.
  - (D) Confiança.
  - (E) Justiça.
73. A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, por meio da Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores “Paulo Renato Costa Souza” – EFAP estabeleceu, em sua política de formação, diretrizes para ações formativas dos gestores da SEE-SP. Essas diretrizes visam subsidiar a formação continuada desses profissionais e dialogam com os demais documentos que norteiam
- (A) o desenvolvimento e a oferta de ações formativas.
  - (B) os processos de promoção no serviço público.
  - (C) a promoção por mérito na carreira docente.
  - (D) as inovações curriculares na rede pública estadual.
  - (E) a consolidação da gestão democrática da escola pública.
74. Para a oferta de ações formativas aos servidores da rede, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, por meio da Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores “Paulo Renato Costa Souza” – EFAP, propôs, estrategicamente, a organização de três eixos centrais. Esses eixos agrupam temas que têm como objetivo nortear as propostas de ações formativas a serem ofertadas, considerando a especificidade das atividades profissionais do público-alvo envolvido e temáticas relevantes para sua formação. São eles: Eixo I – Currículo e Prática de Ensino na Educação Básica, suas Modalidades e Atendimento Específicos; Eixo II – Gestão Educacional; Eixo III –
- (A) Educação e Inovações Tecnológicas.
  - (B) Compromisso Profissional e Ética.
  - (C) Grandes Temas da Educação.
  - (D) Formação Continuada e Permanente.
  - (E) Cidadania, Ética e Profissão Docente.
75. Vivemos um tempo marcado por mudanças, e mudanças aceleradas. Nesse contexto, para liderar as inovações no trabalho educativo escolar, o gestor precisa estar atento a estratégias de implementação de programas e projetos. No documento “Diretrizes de Formação Continuada para Gestores da SEE-SP (São Paulo: SEE/EFAP, 2017), afirma-se que “O ato de liderar exige saberes que permitam o planejamento de estratégias para a tomada de decisões participativas. A liderança pode ser exercitada e aperfeiçoada, por meio do desenvolvimento de competências e habilidades específicas”. Para tanto, esse documento apresenta alguns princípios que devem nortear todo processo formativo dos gestores da SEE-SP e, entre eles encontra-se o da Inovação: “O ato de inovar está ligado ao ato de criar e ao campo da criatividade. Ocorre mediante o surgimento de uma nova ideia, da necessidade de modificar processos e/ou legislações e da descoberta de diferentes \_\_\_\_\_ para colocá-la em prática, cujo propósito é o de alcançar as metas e os objetivos traçados pela instituição a qual pertence”.
- Assinale a alternativa que preenchem corretamente a lacuna do texto.
- (A) incentivos pecuniários
  - (B) caminhos e estratégias
  - (C) recursos tecnológicos
  - (D) pessoas especializadas
  - (E) fontes de financiamento

76. Os supervisores de uma Diretoria de Ensino do interior paulista tomaram como recurso de formação dos integrantes da comunidade escolar, por meio de seu acompanhamento e assessoria, o processo de elaboração do Plano de Gestão da Escola, vivenciado coletivamente pelos membros da equipe escolar, conforme sugere o parágrafo único do art. 3º do Decreto Estadual nº 62.216/2016. Foi possível constatar progressos na atuação de suas equipes escolares, especialmente dos diretores, se comparada à das equipes das Diretorias vizinhas que não adotaram a mesma estratégia de formação. Essa constatação foi possível mediante a Avaliação Especial de Desempenho (Lei Complementar nº 1.256/2015) que se constitui em um conjunto de ações planejadas e articuladas com vistas
- (A) à seleção dos melhores, dentre os integrantes da equipe escolar, para integrarem equipes da Diretoria de Ensino.
  - (B) ao inventário circunstanciado das carências de desempenho a serem consideradas nos programas de formação da Secretaria da Educação.
  - (C) à concessão de bônus pecuniário àquele que se destacar em cada equipe escolar avaliada.
  - (D) à premiação da unidade escolar cuja equipe tenha se destacado entre todas de determinada Diretoria Regional de Ensino.
  - (E) ao acompanhamento contínuo do desempenho do servidor durante o período de estágio probatório.
77. Lück (2014), abordando a liderança em gestão escolar, analisa a teoria dos traços de personalidade, a dos estilos de liderança e a teoria situacional, destacando que a complexidade dos problemas, a dinâmica das interações humanas e a variação das orientações pessoais e coletivas tornam imprevisível uma definição fixa *a priori* de um determinado estilo de liderança. A autora acrescenta que é importante destacar a perspicácia necessária às características do momento e do ambiente socioeducacional, a fim de verificar qual o estilo ou ênfase a ser dada à expressão de liderança, de modo a
- (A) promover melhores resultados.
  - (B) respeitar o princípio legal da participação.
  - (C) contentar a maioria dos liderados.
  - (D) preservar o poder de posição do líder institucional.
  - (E) ajustar os traços pessoais do líder a essas características.
78. Em uma das Diretorias de Ensino da Grande São Paulo, foi realizado um ciclo de estudos sobre o documento “Eixos de Formação” (São Paulo: São Paulo: SEE/EFAP, 2017). Um dos tópicos que mais atraíram a atenção dos participantes foi “Gestão de Pessoas e Equipes” que, segundo o referido documento, diz respeito à “Formação relativa ao desenvolvimento e/ou aprimoramento de competências e habilidades dos servidores da SEE-SP que possibilitem a esse profissional a mobilização das pessoas e equipes num trabalho integrado para a concretização de objetivos, metas e a melhoria contínua dos processos e resultados das UE, das DE e dos órgãos centrais da SEE-SP, além da promoção de um clima organizacional que favoreça a comunicação, o engajamento profissional, o relacionamento interpessoal e a socialização de experiências. Também prevê o compartilhamento de responsabilidades nas ações desenvolvidas e nos resultados obtidos, a criação de novas soluções e implementação de mudanças”, inclusive no uso de
- (A) tabelas de alunos matriculados.
  - (B) planilhas financeiras.
  - (C) programas de controle de estoque.
  - (D) tecnologias digitais de comunicação e informação.
  - (E) tecnologias voltadas ao mercado de trabalho.
79. O documento “Eixos de Formação” (São Paulo: São Paulo: SEE/EFAP, 2017) afirma que “Cultura Digital se refere às perspectivas sobre o impacto das tecnologias digitais e da conexão em rede na sociedade como um todo e também no modo como essas novas tecnologias são apropriadas nas esferas de trabalho e da vida pessoal. Assim, como resultado dessa nova e imensa possibilidade de produção e transmissão de dados e informações o pensamento e o comportamento da sociedade contemporânea sofrem alterações, o que exige a
- (A) modernização constante das máquinas em uso”.
  - (B) atenção redobrada aos estudantes”.
  - (C) participação ativa por parte dos usuários”.
  - (D) formação continuada para aprimoramento profissional”.
  - (E) atualização reiterada das políticas públicas”.

80. De acordo com o art. 1º da Lei Complementar nº 1.256/2015 do Estado de São Paulo, durante os 3 (três) primeiros anos de efetivo exercício, período caracterizado como estágio probatório, o servidor ingressante no cargo de Diretor de Escola, pertencente ao Quadro do Magistério, será submetido à Avaliação Especial de Desempenho e a Curso Específico de Formação, instituído pela Lei Complementar nº 1.207/2013. A Avaliação Especial de Desempenho antes citada visa verificar a conformidade com as competências e habilidades necessárias ao desempenho no cargo de Diretor de Escola, com foco nos seguintes aspectos: comprometimento com o trabalho e com a comunidade escolar; responsabilidade; capacidade de iniciativa e liderança; produtividade; assiduidade; disciplina e

- (A) eficiência na gestão educacional.
- (B) habilidade para delegar.
- (C) capacidade de mando.
- (D) domínio da palavra e pontualidade.
- (E) ternura e docilidade.

